



Evento: XXX Jornada de Pesquisa ▾

UM ATO NEUROBIOLÓGICO, SOCIOCULTURAL E POLÍTICO: a arqueologia da leitura e seus desdobramentos na qualificação da educação nos anos iniciais do Ensino Fundamental¹

Rosane da Rosa Porto²

¹ O trabalho aborda temáticas tratadas no projeto de pesquisa de tese, em desenvolvimento, na Unijuí, no Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências, no ano de 2025, o qual tem por título “Alfabetização continuada: uma leitura hermenêutica”.

² Estudante do curso de Doutorado em Educação nas Ciências; professora da educação básica no município de Rio Grande/RS. Bolsista PROSUP/CAPEL.

INTRODUÇÃO

Historicamente, é dada como certa a ideia de que ler é decodificar sentenças e escrever é codificá-las. Também é consenso que esses atos de decodificação e codificação podem ser nomeados alfabetização. Já, tão logo a criança seja capaz de produzir um texto, adequado a algum uso social, aí diz-se que se tornou letrada. No Brasil, o termo *letramento* serve para designar o estágio em que a escrita passa de aquisição de habilidades técnicas à ferramenta de adequação social. Embora existam argumentos suficientes para afirmar que esse é um modo equivocado de pensar porque dissocia a fase inicial de aprendizagem da leitura da sua dimensão sociocultural, ele é partilhado por grande parcela dos teóricos da educação, entre eles, cita-se Magda Soares (2020).

Ao analisar a realidade brasileira, logo se constata que temos um grave problema social relacionado à baixa aprendizagem da leitura, o qual é revelado pelos dados oficiais que verificam os índices de alfabetização e proficiência em leitura, nos anos iniciais, nas escolas de ensino fundamental brasileiras. Em 2024, os indicadores¹ atestaram que a aprendizagem em leitura e escrita das crianças, ao final do 2º ano, não alcançou 60%. É certo que os índices são reflexo de múltiplos fatores de ordem social, econômica, cultural, ambiental, mas também

¹ Indicador nacional de alfabetização avança e atinge 59,2% em 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2025/07/indicador-alfabetizacao-avanca-e-atinge-59-2-em-2024#:~:text=Em%202024%2C%2059%2C%25,2%2C%BA%20ano%20do%20ensino%20fundamental>. Acesso em: 18 ago. 2025.



pedagógica, uma vez que a visão reducionista sobre o conceito de leitura conduz a práticas pedagógicas ineficazes na alfabetização.

Diante do problema abordado, esse trabalho se propõe a realizar uma “arqueologia” da leitura, organizada em três movimentos: o primeiro analisará as principais condições históricas que influenciaram na produção, disseminação e legitimação da narrativa que conceitua a leitura como um ato mecânico; num segundo momento, anunciará a leitura nas várias dimensões que a caracterizam como um ato neurobiológico, sociocultural e político. E, por fim, refletirá sobre os ganhos pedagógicos oriundos de uma compreensão ampliada do conceito de leitura, por parte das equipes escolares.

Este trabalho contempla os ODS (Objetivos do Desenvolvimento Sustentável), em especial, o Objetivo 4: Educação de Qualidade.

METODOLOGIA

A escolha metodológica adotada neste trabalho é a pesquisa qualitativa, cuja abordagem se dá mediante revisão bibliográfica. Esta escrita problematiza a discussão sobre a legitimação do conceito de leitura atrelado à prática da decodificação alfabética e, em contraposição a isso, propõe a compreensão da leitura como um ato de amplas e profundas dimensões neurobiológicas, socioculturais e políticas. Embasam a referida reflexão Emília Ferreira (2011); Magda Soares (2020); Stanislas Dehaene (2011); Hans-Georg Gadamer (2002) e Michel Foucault (2008).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O termo “arqueologia”, ao qual faz referência o título deste trabalho, é inspirado no método investigativo de Michel Foucault (2008) que consiste em analisar um acontecimento pelo seu viés histórico com o objetivo de compreender a forma como ele se constituiu, a partir dos discursos sociais. Aqui, essa análise se faz sobre a leitura, buscando entender as principais formações discursivas que atuaram, a fim de legitimá-la como um ato de decodificação alfabética.



As práticas pioneiras de leitura instituídas nas escolas da rede pública de ensino, datadas do fim do século XIX, eram centradas na memorização e na repetição dos “arranjos” gráficos e sonoros que compunham as palavras. Essas pedagogias, denominadas tradicionais, seriam criticadas, mais tarde, pelo movimento escolanovista (anos de 1930), o qual influenciou fortemente a adoção dos métodos analíticos para ensinar a ler, contrapondo-se aos métodos sintéticos, até então vigentes (Sebra e Dias, 2011).

Contudo, as mudanças pedagógicas e didáticas trazidas pela Escola Nova não evitaram que as narrativas elaboradas no meio social e educacional consolidassem a alfabetização como prática de decifração e cifração de um código (tal como era compreendido o sistema de escrita alfabético). Com o transcorrer do tempo, a realidade vem mostrando que parte significativa dos jovens brasileiros, ao deixarem a educação básica, não dispõem de suficientes habilidades para lidar com as práticas de leitura e escrita características das exigências sociais, em especial, com as demandas do mundo do trabalho.

Foi sobre esse contexto discursivo de ineficácia da alfabetização que surgiu o conceito de letramento, nos anos de 1980, apresentado como a definitiva solução para a suposta “insuficiência” histórica da alfabetização. Magda Soares protagonizou as discussões sobre o assunto e, a partir dessa época, a distinção feita entre os conceitos de *alfabetização* e *letramento* contribuiu para que o primeiro assumisse um lugar cada vez menor nos ambientes e nos discursos educacionais. Houve a exaltação do letramento, mas as práticas mecânicas de ensino não se retiraram das salas de aula. E a mudança que era necessária não se fez: repensar o significado epistêmico da alfabetização, entendê-la como leitura do mundo da vida.

A escrita é um sistema de representação e não um código. A leitura é um ato de amplas dimensões neurobiológicas, socioculturais e políticas. A capacidade humana de ler não é herdada biologicamente dos ancestrais. De acordo com Dehaene (2012): o sistema visual humano foi se flexibilizando ao longo da evolução, de modo que a capacidade de reconhecer, de forma invariante, os objetos foi convertida em capacidade de ler. Para a Neurociência, a leitura é uma habilidade possível graças às estreitas relações entre a natureza dos primatas e a cultura dos humanos. Antes de inventar a escrita, os humanos desenvolveram outras formas de linguagem. Por meio delas, especialmente pela oralidade, eles estabeleceram imagens mentais e atribuíram significados ao mundo, convertido em espaço cultural à medida que se tornou simbólico, pela palavra. A escrita, como a fala, é uma linguagem representativa.



As mensagens emitidas, por uma ou por outra, podem ser apenas supostas, interpretadas, mas sempre sob o risco da ambiguidade. A escrita, como linguagem, não poderá ser tratada como código porque, segundo Ferreira (2011, p. 16):

No caso da codificação, tanto os elementos como as relações já estão predeterminados; o novo código não faz senão encontrar uma representação diferente para os mesmos elementos e as mesmas relações. No caso da criação de uma representação, nem os elementos nem as relações estão predeterminados.

Enquanto aprende a ler a palavra, a criança está operando sobre ela, com os significados culturais já construídos nas interações sociais. Em razão disso, Gadamer (2002) afirma que a linguagem é geradora de consciência, pois jamais poderemos nos encontrar como consciência diante do mundo num estado desprovido de linguagem. Em todo o conhecimento de nós e do mundo sempre já fomos tomados pela nossa própria linguagem.

A leitura, além de um ato neurobiológico e sociocultural, é um ato político porque é capaz de ampliar e modificar a consciência do sujeito, ao longo da vida. Leitores, continuamente, alargam seus horizontes de compreensão sobre si, sobre o seu lugar e sobre a sua ação no mundo como lugar comum.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender a leitura amplamente, como um ato que ultrapassa uma mera habilidade cognitiva e envolve aspectos socioculturais e políticos; como uma linguagem que age sobre o modo como os humanos percebem a si mesmos e à vida coletiva é um movimento que terá desdobramentos importantes em forma de qualificação educacional. Considerando que conceitos impulsionam valores e ações, espera-se que novos entendimentos acerca da leitura gerem uma positiva transformação dos conceitos e das práticas pedagógicas alfabetizadoras direcionadas aos anos iniciais do ensino fundamental.

A visão ampliada do conceito da leitura, por parte de professores e gestores, pode favorecer um olhar mais crítico sobre as propostas pedagógicas e materiais didáticos no sentido de não mais tornar as crianças reféns da mecanização das aprendizagens geradoras dos históricos fracassos escolares.

O compromisso da escola de ensino fundamental envolve o ensino dos aspectos formais e da lógica interna de construção do sistema alfabético, não no sentido da



instrumentalização da aprendizagem, e sim como uma experiência de humanização, de inserção das novas gerações no mundo da cultura. Isso requer o cultivo de vínculos afetivos e pedagógicos entre os sujeitos e deles com a leitura como um patrimônio cultural da humanidade.

Palavras-chave: Educação. Escrita. Leitura. Linguagens. Neurociência.

AGRADECIMENTOS

À CAPES, cuja política de financiamento torna possível a realização desta pesquisa. À UNIJUÍ, pela oportunidade para que esta pesquisa contribua com o debate sobre a temática da leitura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DEHAENE, Stanislas. **Os neurônios da leitura:** como a ciência explica a nossa capacidade de ler. Tradução de Leonor Scliar-Cabral. Porto Alegre: Penso, 2012. 374 p.

FERREIRO, Emília. **Reflexões sobre alfabetização.** 26. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 102 p. (Coleção Questões da nossa época; v. 6).

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber.** Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. 236 p. (Coleção Campo teórico).

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método II:** complementos e índices. Tradução de Ênio Paulo Giachini; revisão da tradução de Márcia Sá Cavalcante Schuback. 6. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes; Bragança Paulista, SP: Editora Universitária São Francisco, 2011. 621 p. (Coleção Pensamento humano).

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 18 ago. 2025.

SEBRA, Alessandra Gotuzo; DIAS, Natália Martins. **Métodos de alfabetização:** delimitação de procedimentos e considerações para uma prática eficaz. Rev. Psicopedagogia 2011; 28 (87): 306 - 20.

SOARES, Magda. **Alfaletrar:** toda a criança pode aprender a ler e a escrever. São Paulo: Contexto, 2020. 349 p.